

Embargos Culturais: A política como vocação, de acordo com Max Weber

Numa conferência intitulada “*A Política como Vocação*” (*Politik als Beruf*) o pensador alemão Max Weber (1864-1920) retomou alguns temas centrais de sua reflexão. Nesta conferência, Weber ocupou-se mais especificamente de alguns temas, a exemplo do monopólio da violência com um dos traços definidores do Estado, da distinção entre viver “*para*” a política e viver “*da*” política, dos fundamentos da legitimidade, dos diferentes tipos de funcionários públicos, dos traços distintivos entre ética da convicção e ética da responsabilidade, entre tantos assuntos, até hoje marcados por intensa atualidade.



Lembrando o dito de León Trotsky de que todo Estado se funda na força, Weber retomou ideia de que o Estado é o detentor do monopólio da violência física. E o faria de modo legítimo. Nega-se a ingenuidade dos que veem o Estado como instrumento de uma idealizada paz social. A premissa é assustadora, ainda que absolutamente realista. Por isso, deve-se ter atenção para com aqueles que dominam o Estado, isto é, os agentes do governo, ambiente no qual vicejam os políticos. São estes que exercem poderes sobre nossas vidas.

Para Weber há quem viva “*para*” a política, bem como há quem viva “*da*” política. Os que vivem “*da*” política teriam na atividade parlamentar uma permanente fonte de rendas. Quem vive uma causa, segundo Max Weber, também viveria dela. Quem “*para*” a política vive tem o poder de transformar sua ação em seu fim de vida. Confunde-se entre o que se é para o quê se vive. E isso não seria mero jogo de palavras.

Assentado que no Estado tem-se a dominação do indivíduo sobre o indivíduo, necessário que se averigüe sobre quais condições se desenvolveria esse domínio. Para Weber, há sobre nós uma autoridade recorrente do passado, que denominou de “*poder tradicional*”. Haveria uma segunda forma, marcada por dons pessoais e extraordinários de alguns líderes, que se denominou de “*poder carismático*”. Por fim, uma forma de dominação que explicita uma competência positiva, de base racional, que Weber teria chamado de “*dominação pela legalidade*”.

Nesta última transitam funcionários de carreira, inamovíveis, cuja honra “*(...) reside em sua capacidade de executar conscienciosamente uma ordem, sob responsabilidade de uma autoridade superior (...) o funcionário deve executar essa ordem como se ela correspondesse a suas próprias convicções*”^[2]. O sentido de hierarquia vincula-se à aceitação de que a ação do funcionário é resultado de um comando próprio, no sentido de que suas opções confundem-se com as do chefe. É o que se percebe da teorização de Max Weber.

Num outro plano se encontra o chefe político, móvel, dependente do vento das eleições, cuja honra se assenta não na obediência, mas em sua responsabilidade pessoal. Tudo o que faz, o que diz, o que determina, é orientação que lhe acarreta conta e risco.

A honra do chefe político sugere uma dupla ética que lhe exige uma opção. Essas éticas substancializam

“*duas máximas inteiramente diversas e irredutivelmente opostas*”^[3]. À ética da responsabilidade contrapõe-se uma ética da convicção. Neste último caso, a ação é pautada pelo descompromisso com as consequências e pela obstinada observância de dogmas, crenças e mantras. Naquele primeiro caso, a responsabilidade é o traço definidor de pautas, agendas e escolhas, ainda que a custo do abandono da convicção que são sólidas, mas que se desmancham no ar.

Essa ambiguidade explica muitas coisas que nos cercam, esclarecendo porque na busca de horizontes possíveis corremos o risco de rompermos com nossas promessas. Muito menos do que exercício pragmático de incoerência tem-se na ação política um antídoto responsável para fórmulas rígidas, que obstruem a plasticidade e a flexibilidade que se espera do homem público.

^[1] Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Consultor-Geral da União.

^[2] Weber, Max, *Ciência e Política- duas Vocações*, São Paulo: Cultrix, 2006, p. 79. Tradução de Leonidas Hegenberg e de Octany Silveira da Mota.

^[3] Cf. Weber, Max, *Ciência e Política- duas Vocações*, cit., p.113.

Date Created

16/09/2012